



Parecer sobre contas de Dilma chega a comissão

Cabe à Comissão de Mista de Orçamento analisar o documento do TCU e elaborar o projeto de decreto legislativo a ser votado pelo Plenário do Congresso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, remeteu ontem para a Comissão Mista de Orçamento (CMO) a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) para que as contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff sejam rejeitadas. Começaram a correr os prazos para a análise das contas. A CMO tem até fevereiro para

recomendar a aprovação ou a rejeição. A presidente da comissão, senadora Rose de Freitas, escolherá um deputado ou um senador para ser o relator. Segundo Rose, o governo ainda poderá se defender. O documento da CMO será remetido logo em seguida para o Plenário do Congresso Nacional, onde ficará a cargo dos parlamentares dar a palavra final. **3**

Calendário

29 de novembro
prazo para apresentação, publicação e distribuição do relatório e do projeto de decreto legislativo pela CMO

14 de dezembro
prazo para apresentação de emendas ao relatório e ao projeto de decreto legislativo

8 de fevereiro
prazo para apresentação do relatório às emendas apresentadas

15 de fevereiro
prazo para discussão e votação do relatório e do projeto de decreto legislativo na CMO

20 de fevereiro
prazo para encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional



Douglas Cintra é o relator das emendas na CAE, presidida por Delcídio

Orçamento de 2016 terá emendas para economia, educação e meio ambiente

Três comissões aprovaram ontem emendas à proposta de Orçamento da União para 2016. A de Assuntos Econômicos decidiu destinar recursos para estímulo às pequenas empresas

e ao comércio exterior. A Senado do Futuro direcionou verbas para a educação fundamental e o ensino superior. E a de Meio Ambiente favoreceu a revitalização do Rio São Francisco. **5**

Bulgária e Tunísia terão novos embaixadores 3

Modelo de tarifas aeroportuárias pode mudar 5

Senadores divergem sobre aplicação da renda do pré-sal 7

Acordo sobre o Aquífero Guarani é ratificado 6

Debate de dívida da União será aprofundado 4

Senado discute papel das vivências desde a gestação 2



Professora dá aula em escola na zona leste de São Paulo: desde a criação, em 2008, piso nacional teve ganho real de 37%

Passa em comissão piso de R\$ 2,7 mil para professor

Projeto aprovado ontem na Comissão de Educação eleva o piso salarial do professor da educação básica em todo o Brasil de R\$ 1.917,78 para R\$ 2.743,65, referente a uma carga horária de 40 horas semanais.

De autoria da senadora Vanessa Grazziotin, a proposta teve parecer favorável

da relatora, Ângela Portela, que determinou, no parecer, que a integralização do piso deverá ocorrer no prazo de três anos. Caberá ao governo federal a responsabilidade pela complementação financeira dos salários em vigor durante cinco anos, para que atinjam o valor do novo piso. **7**

Decisão sobre MP com "jabutis" será do Plenário

Em reunião realizada ontem, líderes não chegaram a um consenso sobre como será a votação da MP 678/2015 no Senado, após o STF ter proibido a inclusão, em medidas provisórias, de temas não pertinentes ao texto original. A decisão ficou para o Plenário, explicou o senador Renan Calheiros. A MP, que tranca a pauta, tratou do regime de licitações para segurança pública, mas, na Câmara, foram incluídos diversos "jabutis". **3**

Criados grupos parlamentares com dois países 3

Avança projeto que incentiva fabricação de carros elétricos 6



Marcos Ruben de Oliveira apresenta dados da pesquisa do DataSenado à CCT

DataSenado: bolsistas do Ciência sem Fronteiras estão satisfeitos

O DataSenado fez uma pesquisa com bolsistas e ex-beneficiários do Ciência sem Fronteiras a pedido da Comissão de Ciência e Tecnologia. Dos mais de 14 mil entrevistados, 92% declararam estar satisfeitos

ou muito satisfeitos e 68% afirmaram ter tido a oportunidade de repassar o conhecimento obtido no exterior a colegas e professores. Nenhum desses estudantes considerou o programa ruim ou péssimo. **8**

Começou ontem a 8ª edição de encontro destinado à valorização da faixa etária entre zero e 6 anos. Até amanhã, conferências e oficinas analisam relação entre a epigenética e o desenvolvimento infantil

Senado discute políticas de atenção à primeira infância

COMEÇOU ONTEM, NO Senado, a 8ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. A nova edição do evento se concentra na análise da epigenética e do desenvolvimento infantil, ou seja, no debate sobre a influência das experiências positivas e negativas vividas pela gestante no comportamento e na saúde do bebê.

Na abertura do encontro, no Auditório Petrônio Portella, a procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ressaltou a importância do projeto de lei que estabelece políticas públicas voltadas para crianças de zero a 6 anos (PLC 14/2015):

— Enquanto muitos colegas parlamentares acham que a prioridade é a diminuição da maioridade penal, nós, mulheres, achamos que a prioridade é discutir a primeira infância, sobretudo na ótica da cultura da paz, caminho para construir uma sociedade melhor no futuro — disse a senadora.

A violência foi o tema abordado por Ana Amélia (PP-RS): — O Brasil vive atualmente o dilema de crianças violentas. Estamos indo na direção contrária à cultura da paz. Estamos numa cultura da infração e da intolerância, e penso que esse movimento da primeira infância é um começo para resolvermos o problema.

A vice-presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), também defendeu a adoção de medidas que melhorem as políticas públicas para essa faixa etária:

— Se cuidarmos melhor de nossas crianças hoje, amanhã não precisaremos discutir a



Abertura da 8ª Semana: senadoras destacaram importância da faixa etária

redução da maioridade penal. Vai significar jovens e adultos mais bem inseridos no mercado de trabalho e, com isso, uma cultura natural da paz.

Prevenção de riscos

Representante do Unicef, Cristina Albuquerque pediu atenção às políticas públicas desenvolvidas para as comunidades tradicionais e demandou às autoridades presentes um cuidado especial às “crianças invisíveis”.

— Políticas desenhadas para a infância brasileira em geral não são eficazes em determinados contextos sociais, como, particularmente, as crianças e bebês indígenas, as quilombolas e as ribeirinhas. Elas são o maior desafio do país.

Para o embaixador da França no Brasil, Laurent Bili, o tema epigenética e desenvolvimento infantil permite o entendimento da influência do ambiente no desenvolvimento cerebral da criança e do adulto.

— As pesquisas nessa área são de utilidade pública e servem, inclusive, para a elaboração de políticas públicas e sociais de prevenção de riscos e assistência especial às crianças.

O diretor-presidente da

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Eduardo Queiroz, e o coordenador da Secretaria-Executiva da Rede Nacional Primeira Infância, Claudius Ceccon, salientaram a importância dos investimentos em pesquisas na área.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, lembrou a história do evento e agradeceu aos organizadores, pela disposição em preparar o encontro, e à embaixada da França, pela parceria no compartilhamento de experiências sobre a valorização da primeira infância.

— É uma alegria saber que oito anos depois continuamos com o mesmo fôlego, com mais participação e mais ânimo para discutir temas relacionados à primeira infância — disse.

Programação

A 8ª Semana da Primeira Infância promove até amanhã conferências, painéis e oficinas com 22 palestrantes, entre médicos, psicólogos e educadores. O evento aborda temas como políticas públicas, estresse perinatal e desenvolvimento neuropsicológico.

Veja a programação completa: <http://bit.ly/InfanciaPaz>

Blairo Maggi teme agravamento da crise e cobra austeridade

Blairo Maggi (PR-MT) alertou que a situação vai se agravar em 2016 se o governo não mudar a forma de administrar o país.

Para o senador, os milhões de empregos já eliminados se devem a erros na política econômica, que muda a cada ano e que, em 2015, deixou as empresas sem crédito para poder fazer o giro de seus negócios. Sem crédito, a economia para e os empregos são perdidos, advertiu.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ataídes critica cortes em programas sociais do governo federal

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) criticou os cortes nos programas sociais e classificou o governo de Dilma Rousseff como incompetente e irresponsável.

O senador lamentou redução no Farmácia Popular, no Fies e no Água para Todos, que, segundo ele, eram apresentados como “vitrines”. Ataídes disse que o Pronatec se transformou em “promessa falida” que jogou dinheiro “pelo ralo” e frustrou milhares de trabalhadores.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Lasier Martins elogia artigo de Cristovam sobre crise política

O artigo “Impeachmentistas e anti-impeachmentistas”, de Cristovam Buarque (PDT-DF), publicado ontem no jornal *Correio Braziliense*, foi elogiado por Lasier Martins (PDT-RS).

— O país atravessa uma situação crítica, mas o debate está travado. As grandes questões nacionais são deixadas de lado, enquanto o Brasil vai afundando na paralisia e ficando apenas no debate político — disse o senador.



Gerardo Magela/Agência Senado

Jorge Viana exalta resultados do Bolsa Família em 12 anos

O Programa Bolsa Família, que completa 12 anos, beneficia 14 milhões de famílias (cerca de 55 milhões de pessoas), ao custo de R\$ 28 bilhões ao ano, apenas 0,5% do PIB, disse Jorge Viana (PT-AC). Para o senador, sem o programa, “o Brasil ainda estaria no mapa da fome”.

— O Bolsa Família também permitiu a redução do trabalho infantil e da mortalidade entre as crianças — afirmou.



Gerardo Magela/Agência Senado

Programa tornou o país mais justo, diz Humberto Costa

Graças ao Bolsa Família, 36 milhões de pessoas saíram da situação de extrema pobreza, disse Humberto Costa (PT-PE). O senador destacou os 12 anos do programa “que tornou o Brasil um país mais justo”.

Humberto afirmou que as condições para participar do programa possibilitaram a redução de 73% nos números da mortalidade infantil no período de uma década.

Além disso, quase todas as crianças têm carteira de vacinação em dia e 99% das grávidas fazem pré-natal, disse.

Reguffe anuncia verbas para Hospital do Câncer no DF

A bancada do Distrito Federal no Congresso destinou verba de emenda coletiva ao Orçamento da União de 2016 para a construção do Hospital do Câncer do DF, anunciou Reguffe (PDT-DF). Segundo o senador, R\$ 122 milhões serão alocados para a obra.

Ele também pediu estudos da Anvisa sobre a substância fosfoetanolamina, para verificar a eficiência dela no combate ao câncer.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ângela: número de estupros no Brasil é cenário de horror

Ângela Portela (PT-RR) lamentou que Roraima tenha o maior número de estupros no país, em termos proporcionais.

Segundo o 9º Fórum Brasileiro de Vigilância Pública, em 2014 foram registrados 287 estupros em Roraima, e 47.646 em todo o país. Na avaliação do fórum, se somados os casos não denunciados, houve entre 136 mil e 436 mil estupros no Brasil em 2014. Para a senadora, “um cenário de horror”.



Gerardo Magela/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CI BR-319**
8h30 Audiência pública interativa debate a recuperação da BR-319.
- CDR ICMS**
9h A comissão faz nova audiência interativa sobre o PRS 1/2013, sobre alíquotas de ICMS nas operações interestaduais.
- CMA Cálculo do desemprego**
9h Audiência interativa sobre metodologia de cálculo do desemprego no Brasil.
- CE/CAS/CDH Audiência pública**
10h Comissões de Educação, de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos debatem “Primeira infância e epigenética: novo paradigma no desenvolvimento infantil”.
- CDH Análise de projetos**
10h Reunião deliberativa para avaliar pauta com 42 itens.

- INSTITUCIONAL Primeira infância**
14h Conferência “Aprender a pensar juntos sobre o nascimento”.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h MP 678/2015, sobre regime diferenciado de contratações, tranca a pauta.
- AGENDA BRASIL Auxílio-capacitação**
14h30 Na pauta, texto que cria auxílio-capacitação a jovem empreendedor rural.
- CPI DO FUTEBOL Federações estaduais**
14h30 Audiência interativa com presidentes das federações de futebol de CE, GO, PE, ES, RO e AP.
- MP 687/2015 Relatório**
15h Comissão da MP sobre atualização de taxas federais analisa relatório.
- PRESIDÊNCIA Sessão deliberativa**
16h Renan Calheiros preside ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Renan Calheiros remeteu a recomendação do TCU sobre a prestação de contas do governo para a Comissão de Mista de Orçamento, que a analisará até fevereiro

Comissão recebe parecer sobre contas de Dilma

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, enviou à Comissão Mista de Orçamento (CMO) o parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as contas de 2014 do governo. O ofício foi lido ontem no Plenário por Dário Berger (PMDB-SC), que presidia a sessão.

O parecer do TCU serve de base para a CMO julgar as contas do governo.

Segundo o Regimento Comum do Congresso Nacional, há um prazo inicial de 40 dias para que o relatório seja apresentado, publicado e distribuído aos parlamentares que integram a CMO.

Assim, a CMO tem até o dia 29 de novembro para apresentar o relatório e o projeto de decreto legislativo sobre o tema.

O relator será designado pela presidente da comissão, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES).

Depois, serão abertos os prazos para a apresentação de emendas e a discussão, tendo a CMO o prazo final de

20 de fevereiro de 2016 para encaminhar seu parecer à Mesa do Congresso Nacional. Logo em seguida, ocorrerá a votação no Plenário do Congresso, que pode rejeitá-las, confirmando a recomendação do TCU, ou aprová-las, com ou sem ressalvas.

Rose informou ontem que o governo terá um prazo para contestar o parecer do TCU,

apesar de as normas regimentais da comissão não serem explícitas sobre o contraditório. A ideia dela é conceder entre 10 a 15 dias, dentro dos 40 dias corridos que o relator tem para oferecer o parecer.

Ela lembrou que o contraditório e a ampla defesa são exigências constitucionais para todo julgamento. O próprio TCU concedeu, duas

vezes, prazo para o Executivo se defender.

O parecer do TCU com a recomendação de rejeição das contas do governo do ano passado foi entregue a Renan Calheiros no último dia 9. O documento, aprovado pela unanimidade dos ministros, concluiu que o governo cometeu irregularidades na gestão das contas federais em 2014,

melhorando artificialmente o resultado do Orçamento.

O relator do caso no TCU, ministro Augusto Nardes, apontou as chamadas pedaldas fiscais e criticou o governo por falta de transparência e por criar “um cenário de desgovernança fiscal”, descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

(Com Agência Câmara)

Irregularidades fiscais serão tema de audiência pública

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem dois requerimentos de audiência sobre a continuidade das pedaldas fiscais (manobras contábeis atribuídas ao governo Dilma em 2014).

Um é de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e o outro foi apresentado por Cristovam Buarque (PDT-DF). A data da audiência ainda não foi marcada.

Além de representantes do TCU, da Advocacia-Geral da União, do Ministério do

Planejamento e do Ministério Público, deverão participar o especialista em contas públicas Mansueto Almeida, o secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco, e o consultor legislativo Waldery Rodrigues.

Dívidas

A CAE começou a discutir uma nova fórmula de correção das dívidas dos municípios com o INSS. Um voto em separado de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) evitou que a

comissão aprovasse o relatório de José Pimentel (PT-CE) pela prejudicialidade do PLS 262/2008, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Valadares defende a correção das dívidas previdenciárias dos municípios pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com o que não concordou Pimentel. O relator entendeu que o projeto ficou prejudicado com a Lei 12.810/2013, que alterou a forma de parcelamento dos débitos previdenci-

ários de responsabilidade dos estados, dos municípios e de suas autarquias e fundações.

No voto em separado, Bezerra propôs substituir a Selic, que consta da norma atual, pela fórmula prevista na Lei Complementar 148/2014: juros de 4% ao ano sobre o saldo atualizado pela variação do IPCA.

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), concedeu vista coletiva da proposta, que poderá voltar à pauta na próxima reunião.

Plenário decidirá sobre MP com “jabutis” incluídos

Os líderes partidários não chegaram a um consenso sobre os rumos da votação da MP 678/2015 após a decisão do Supremo Tribunal Federal de proibir a inclusão, pelo Congresso, em medidas provisórias, de artigos sobre temas não pertinentes ao texto original, os chamados “jabutis” ou “penduricalhos”. Na quinta-feira, a prática foi considerada inconstitucional pela maioria dos membros do STF.

— A decisão sobre a forma de votação da MP será do colegiado, do Plenário do Senado — disse ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, após reunião com os líderes.

A MP 678 está trancando a pauta do Senado. Seu texto original autorizava o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) em licitações e contratos na área de segurança pública, incluindo as áreas de defesa civil e inteligência. No entanto, durante a tramitação na Câmara, foram incluídos outros temas, entre eles, a prorrogação do prazo para os municípios acabarem com os lixões e a autorização para que produtores rurais renegociem dívidas do Proálcool.

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), afirmou que há diferentes propostas para a votação da MP 678. Segundo ele, alguns senadores defendem a aplicação imediata da resolução do STF, retirando os jabutis da matéria. Outros



Renan Calheiros fala aos líderes partidários em reunião na Presidência da Casa

acham que a medida deve ser votada da forma como está, e há ainda os que defendem a caducidade da MP. Humberto ponderou que, se houver mudança no texto na votação de hoje, não haverá tempo de a medida voltar para a Câmara.

— Quer dizer que, em última instância, esse texto ou passa como está ou não vai ser transformado em lei — disse.

Benefício

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), observou que a decisão do STF só vai valer depois da publicação de acórdão. Caiado afirmou que o governo se beneficiou de matérias estranhas nas medidas provisórias quando era conveniente e agora quer fazer prevalecer a decisão do STF porque é contrário à aprovação da MP 678 na forma como está.

— Renan tem uma proposta com a qual concordo, pela qual, vindo uma matéria com jabutis da Câmara, o presidente do Senado também poderá excluí-los e, com isso, o que for aprovado no Senado irá para sanção — declarou.

Para Caiado, a decisão do STF é fundamental para que agora a oposição possa recorrer das “arbitrariedades” da base do governo em relação às MPs que foram acrescentadas de temas estranhos a elas.

— Vamos poder judicializar todas essas matérias para excluir os jabutis — explicou.

O líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), considerou positiva a decisão do STF. Segundo ele, o Congresso terá a condição de cumprir o objeto das MPs, perseguir ou atender emendas que coincidam com o objeto dessas medidas.

Senadores aprovam embaixadores para a Bulgária e a Tunísia

O Plenário aprovou ontem a indicação dos diplomatas Ana Maria Sampaio Fernandes e José Estanislau do Amaral Souza Neto para chefiar as embaixadas na Bulgária e na Tunísia, respectivamente.

Ana Maria também será responsável por representar o país na Macedônia, onde o Brasil não tem embaixada.

Na sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), os diplomatas apontaram oportunidades de cooperação entre o Brasil e os países onde trabalharão. Ana Maria considerou pro-

missores os setores tecnológico e educacional e lembrou que a Bulgária presidirá Conselho da União Europeia em 2018.

Por sua vez, Souza informou que a Tunísia está negociando um acordo de livre comércio com o Mercosul, o que impulsionaria as exportações brasileiras para o país africano. Ele afirmou que empresas brasileiras dos ramos de medicamentos e automóveis estudam instalar-se lá e que a Embraer já estabeleceu contatos para negociar aeronaves.

Senado cria grupo parlamentar com o Marrocos e com a Geórgia

O Senado aprovou ontem a criação de dois grupos parlamentares: o Brasil-Marrocos (PRS 20/2015) e o Brasil-Geórgia (PRS 36/2015).

Autor do primeiro projeto, Marcelo Crivella (PRB-RJ), disse que o incremento do fluxo comercial com o Marrocos e o aumento recíproco do interesse em turismo justificam a criação do grupo.

O relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), salientou que o Marrocos é um país cuja política externa é ativa e multidirecionada, com relações com Estados Unidos,

Europa e países árabes.

Já o Grupo Parlamentar Brasil-Geórgia foi proposto por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Segundo ele, sua criação é um ato de reciprocidade à abertura, no parlamento georgiano, de grupo com o Brasil, do qual participam cerca de 20 membros.

Em seu relatório, Jorge Viana (PT-AC) destacou que a atuação do grupo contribuirá para o estreitamento das relações entre as duas nações, ao possibilitar o conhecimento dos países e seus respectivos parlamentos.

Votação sobre limite para dívida da União é adiada

Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos pediram mais tempo para analisar relatório sobre projeto que trata do tema. Decisão deve acontecer em reunião do colegiado na próxima semana

A PRINCIPAL VANTAGEM da proposta que estabelece limites para a dívida da União é dar transparência a decisões de governo que até agora permanecem obscuras. A avaliação foi feita ontem por José Serra (PSDB-SP) ao apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) relatório sobre projeto que trata do tema. O senador destacou que o texto cria mecanismos como a divulgação pública das razões para descumprimento das regras.

A proposta (PRS 84/2007) — cuja votação foi adiada para a próxima semana por um pedido de vista coletiva — limita a dívida bruta da União a 4,4 vezes a receita corrente líquida (RCL) e a dívida líquida a 2,2 vezes a RCL. Entretanto, estabelece um período de 15 anos para o alcance das metas. Até lá, deverá vigorar uma regra de transição: nos cinco exercícios seguintes ao da publicação da resolução, a dívida bruta poderá chegar a 7,1 vezes a RCL e a líquida, a 3,8 vezes. Entre o 6º e o 15º ano, a proposta estabelece uma fórmula de redução gradual.

Serra rebateu as críticas ao projeto e disse que não se trata de criar uma regra para paralisar o governo. Ele observou que o período de transição poderá ser ampliado diante de uma variação do PIB inferior a 1%. Além disso, o projeto permite ao presidente da República solicitar ao Senado, a qualquer



Ao lado de Delcídio, Serra (E) diz que texto dá transparência a decisões do governo

tempo, a revisão dos limites.

— O Senado não vai aprovar algo que implique cortar o leite das crianças ou dar calote em alguma dívida.

Serra argumentou que o Senado está cumprindo a competência prevista na Constituição de fixar limites para a dívida da União, assim como já foi feito para estados e municípios. O projeto foi incorporado à Agenda Brasil, conjunto de iniciativas propostas pelo Senado para o país retomar o crescimento.

Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou uma questão de ordem antes da leitura do relatório. Segundo o senador, o PRS original trata apenas do limite da dívida líquida e retornou à CAE para exame de uma emenda de Plenário. Entretanto, a subemenda do relator estabelece limite também para a dívida bruta.

Requião afirmou que a subemenda é na verdade um substitutivo a todo o texto original. Para ele, isso não é admitido pelo Regimento Interno do Senado, que veda a possibilidade de colocar nas subemendas matéria estranha à das respectivas emendas. O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), prometeu decidir a questão quando a matéria retornar à pauta da comissão.

Lindbergh Farias (PT-RJ), por sua vez, afirmou que Serra trabalha com números e projeções diferentes dos adotados pelo governo e solicitou a realização de uma audiência pública para discussão da proposta. Entretanto, o pedido de vista coletivo, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Waldemir Moka (PMDB-MS), obrigará o exame do texto na próxima sessão da comissão.

Apresentados relatórios e plano de trabalho sobre MPs

Três comissões mistas de medidas provisórias se reuniram ontem. No colegiado que trata da MP 687/2015, sobre o reajuste de taxas cobradas por órgãos públicos federais, o deputado Afonso Motta (PDT-RS) apresentou o relatório, mas um pedido de vista coletiva adiou a votação do texto para hoje. A análise do relatório do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) sobre a MP 684/2015, que trata do Marco Regulatório das ONGs, também foi adiada: ficou para a próxima terça-feira. Já a comissão da MP 696/2015, que tratou da reforma ministerial, aprovou o plano de trabalho apresentado pelo relator, senador Donizeti Nogueira (PT-TO).

A MP 687/2015 autoriza o reajuste de taxas cobradas pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Conselho Adminis-

trativo de Defesa Econômica (Cade) — e possibilita que elas sejam atualizadas futuramente por ato do Executivo, sem necessidade de passar pelo Congresso.

Motta defendeu a medida para corrigir a “defasagem inflacionária” das taxas. No entanto, limitou esse reajuste a uma única vez, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Segundo o deputado, o objetivo é preservar a competência do Legislativo em matéria tributária. O relatório ainda prorroga para 2021 os incentivos à produção audiovisual por meio de dedução no Imposto de Renda.

Organizações

A MP do Marco Regulatório das ONGs adiou, de 360 para 540 dias, o prazo para entrada em vigor da Lei 13.019/2014, contado da publicação oficial, em 31 de julho de 2014.

Barbosa explicou que rece-

beu 152 emendas e conseguiu incorporar a maioria delas ao texto original. Ele destacou que a MP é o primeiro marco específico para as organizações da sociedade civil e que as mudanças no texto asseguram o fomento dessas instituições e o reconhecimento, por parte do poder público, da necessidade de parcerias com elas.

A comissão da MP da reforma ministerial aprovou quatro audiências públicas com a participação dos principais órgãos atingidos. A medida trata da fusão dos Ministérios do Trabalho e da Previdência Social e a extinção do Ministério da Pesca, cujas funções foram transferidas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Determina ainda que três secretarias — de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos — sejam reunidas em um só ministério.

Comissão convida especialistas para debater futuro das cidades

O futuro das cidades é o tema sobre o qual a Comissão Senado do Futuro se debruçará até o final do ano. Conforme requerimento aprovado ontem, os senadores vão avaliar as políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida nos municípios. Durante os próximos meses, a comissão analisará os desafios para a urbanização sustentável e eficiente.

A primeira atividade já está agendada. Na segunda-feira, o colegiado, presidido pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT), faz audiência pública com o presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da

Ciência e Tecnologia, Mariano Laplane, e do professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília (UnB) Oscar Cordeiro Netto. Também foram convidados representantes dos Ministérios das Cidades e do Meio Ambiente e outros especialistas.

Desde 2013, as comissões temáticas do Senado têm a prerrogativa de avaliar políticas públicas e programas governamentais, conforme sua área de competência. Os relatórios de avaliação, aprovados pelas comissões ao fim de cada ano, são publicados e enviados ao ministério responsável.

Federações que usarem verba pública prestarão contas ao TCU

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto que obriga as entidades vinculadas ao Sistema Nacional de Desporto a prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU) quando receberem verbas ou incentivos do poder público.

A proposta (PLS 346/2014), de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), foi relatada por Romário (PSB-RJ) e explicita que só poderão dispor de verbas públicas as entidades que tiverem as contas de exercícios anteriores julgadas “regulares” ou que apresentem ao Ministério do Esporte um plano de correção, no caso de as contas serem julgadas “regulares com ressalvas”. O

texto possibilita a apresentação desse plano para as faltas de natureza formal apontadas pelo TCU. Romário elogiou a proposta, afirmando que “vem em boa hora”, diante da crise no setor.

— Nossa gestão desportiva está em crise, principalmente no que se refere à transparência das verbas públicas. Essa é uma exigência da sociedade — destacou o senador.

O projeto segue para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para votação final. Se aprovado e não houver recurso para votação pelo Plenário, poderá seguir para a Câmara dos Deputados.



Para Romário, sociedade exige transparência no uso de dinheiro público

Vanessa reafirma apoio do PCdoB ao governo Dilma

O PCdoB apoia as medidas de ajuste econômico do governo Dilma, mas avalia ser preciso aperfeiçoá-las, disse ontem Vanessa Grazziotin (AM). Para a senadora, as iniciativas governamentais devem ter como foco a preservação das políticas sociais, do salário mínimo e dos direitos dos trabalhadores.

Ela também disse ser preciso dar fim à crise política e afirmou que a oposição tenta acelerar uma “marcha conspiratória” contra democracia.

Amorim celebra sucesso da 3ª Bienal do Livro de Itabaiana

Eduardo Amorim (PSC-SE) registrou a terceira edição da Bienal do Livro de Itabaiana (SE), na semana passada, quando um público de 40 mil pessoas visitou os estandes.

O senador disse que 25 cidades enviaram alunos e professores e, no total, 300 escritores e 500 professores participaram do evento, que comercializou mais de 2 mil livros.

— Estive lá e fiquei impressionado. As praças, as salas das universidades, os auditórios estavam lotados — relatou.

Ações para estímulo à economia, proteção a crianças e adolescentes, fortalecimento do ensino superior e preservação do meio ambiente deverão receber os recursos em 2016

Comissões aprovam emendas ao Orçamento

TRÊS COMISSÕES PERMANENTES do Senado aprovaram ontem emendas ao Projeto da Lei Orçamentária Anual da União para 2016 (PLOA 2016). O desenvolvimento de pequenas e microempresas, a promoção do crescimento industrial e o apoio à educação infantil foram as áreas mais beneficiadas com os recursos destinados pelas Comissões Senado do Futuro e de Assuntos Econômicos (CAE). Projetos de revitalização da Bacia do Rio São Francisco e a Política Nacional de Resíduos Sólidos foram contemplados pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

No caso da CAE, foi aprovada emenda de Raimundo Lira (PMDB-PB) que destina R\$ 250 milhões à Secretaria da Micro e Pequena Empresa. Os integrantes da comissão também acataram emenda de Waldemir Moka (PMDB-MS) em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Os recursos serão utilizados na promoção do desenvolvimento industrial.

Uma terceira emenda aprovada pelo colegiado reserva R\$ 100 milhões para a modernização dos sistemas informa-



Presidente da Comissão Senado do Futuro, Wellington Fagundes coordena reunião que aprovou emendas para educação

tizados de comércio exterior. A proposta é de Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Finalmente, a CAE aprovou emenda de Lindbergh Farias (PT-RJ), no valor de R\$ 40 milhões, para apoio à Fundação Getúlio Vargas (FGV). O relatório das emendas ficou a cargo de Douglas Cintra (PTB-PE).

Futuro

Na Comissão Senado do Futuro, foi aprovado relatório de Cristovam Buarque (PDT-DF) acatando nove emendas de destinação de recursos e uma de redação.

A de maior valor destina R\$ 225 milhões ao Fundo Na-

cional de Desenvolvimento da Educação com o objetivo de aumentar a oferta de vagas para a educação infantil.

Outra garante R\$ 100 milhões ao Ministério da Educação para a “reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior”.

Também foram contemplados a Secretaria de Direitos Humanos, com R\$ 130 milhões para “unidades de atendimento especializado a crianças e adolescentes”; e o Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais (CNPEM), ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para o qual a comissão aprovou destina-

ção extra de R\$ 150 milhões. Os recursos serão usados no Projeto Sirius, que prevê a construção de uma nova fonte de luz síncrotron (ferramenta usada para estudar materiais no nível atômico e molecular).

A Comissão Senado do Futuro foi criada em 2013 para promover discussões sobre grandes temas nacionais. Ao contrário das demais comissões permanentes do Senado, ela não tem função deliberativa — ou seja, não vota proposições — e se reúne apenas em caráter extraordinário.

O trabalho do colegiado inclui o debate, com a participação de entidades civis e de

especialistas, sobre alternativas para melhorar as instituições brasileiras e aprimorar a atuação do próprio Senado.

Meio ambiente

A revitalização da Bacia do Rio São Francisco e ações de implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos foram contemplados com, respectivamente, R\$ 300 milhões e R\$ 200 milhões em emendas da CMA. Os recursos serão direcionados ao Ministério do Meio Ambiente.

Foram aprovados ainda R\$ 100 milhões para o Ministério Público Federal e R\$ 17,5 milhões para construção de anexo, que hospedará a Escola Superior de Controle, no Tribunal de Contas da União (TCU).

A aprovação das emendas foi recomendada pelo relator, Eduardo Amorim (PSC-SE), e atendeu indicações de Otto Alencar (PSD-BA), Donizeti Nogueira (PT-TO), Romero Jucá (PMDB-RR), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Valdir Raupp (PMDB-RO), Lídice da Mata (PSB-BA), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Blairo Maggi (PR-MT).

Especialistas discutem revisão de tarifas do setor aeroportuário

A substituição do modelo tarifário aplicado aos serviços aeroportuários e de navegação aérea foi debatida ontem na Comissão de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). A intenção é trocar o atual sistema, que tem por base lei própria e decretos regulamentadores, por outro com maior liberdade de fixação de preços.

O superintendente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Ricardo Catanant, que integra a comissão, explicou que o objetivo não é instituir liberdade irrestrita de preços ou alteração imediata no valor das tarifas. Segundo ele, a finalidade é buscar um modelo que permita regulações que contribuam para a maior eficiência econômica na exploração das atividades, sobretudo nos aeroportos.

— Mundo afora o que vigora é um regime de maior abertura e liberdade, em que precificação é pensada conforme o modelo de negócio. Leva em conta, por exemplo, a localidade atendida, se são cargas que se transportam daquele aeroporto ou se são passageiros.

Conforme Catanant, a Anac tem prerrogativa de fixar preços das tarifas, competência



A relatora da comissão, Maria Helena Rolim, e o presidente, Georges Ferreira, com José Barreto de Andrade Neto, da Anac

essa exercida de acordo com a Lei 6.009/1973, que, a seu ver, enrijece o sistema.

Para Geraldo Souza Vieira, um dos diretores do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (SNEA) e integrante da comissão, será melhor manter o sistema tarifário atual na falta de sugestões convincentes por parte dos órgãos públicos que defendem mudanças.

O economista Ronei Saggiore Glanzmann reconheceu que o modelo atual não atende as exigências e padrões dos novos modelos de negócios que surgem no setor aeroportuário. Na avaliação dele, não é mais possível “congelar” o sistema baseado numa lei de 1973 meramente por “medo”

de que as mudanças possam causar aumentos das tarifas.

Custos e tarifas

O gerente de Análises Econômicas da Anac, José Barreto de Andrade Neto, disse que as tarifas aeroportuárias são revistas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), levando em conta fatores relacionados aos ganhos de produtividade e à qualidade do serviço prestado.

Representando a Gerência de Regulação Econômica da agência, Viviane Moser observou que o país não contava com um modelo regulatório até 2010. Ela afirmou que o equilíbrio financeiro das concessões ocorre na assinatura

do contrato.

— O regulador tem o desafio de encontrar quais são os custos eficientes dos aeroportos. Em qualquer empresa, seja estatal ou privada, existe ineficiência e a tendência de repassar o custo ao preço. É difícil dizer exatamente quais os custos eficientes dos aeroportos. O custo de cada aeroporto vai variar de acordo com a região e a infraestrutura de cada localidade — afirmou.

Elismar Gonçalves Lopes, da Superintendência de Gestão Financeira e Orçamentária da Infraero, disse que as atividades de embarque e operação com aeronaves costumam gerar prejuízo à empresa, ao contrário da exploração das

áreas comerciais nos aeroportos.

Prazo

Como o prazo para a apresentação de novas sugestões ao anteprojeto se encerrou na segunda-feira, o superintendente da Anac Ricardo Catanant solicitou à relatora, Maria Helena Rolim, tempo extra para encaminhar a proposta que pode mudar o atual modelo tarifário. Agora a comissão deve consolidar as sugestões, destacando os pontos não consensuais para posterior votação.

O superintendente esclareceu ainda que a proposta está sendo elaborada em conjunto com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo e a Infraero. Segundo ele, no CBA seriam fixados apenas princípios gerais relativos ao modelo tarifário, com revogação da Lei 6.009/1973.

De acordo com Catanant, o novo modelo seria construído com participação de todos os segmentos interessados, por processos de audiência pública. Entre outros critérios, segundo ele, poderia se tomar como ponto de partida a construção de regras aplicáveis aos aeroportos de maior importância no sistema nacional.

Proposta prevê isenção de imposto para a fabricação de veículos nacionais movidos a eletricidade. Para relatora, texto beneficia o ambiente porque esses carros emitem menos gases de efeito estufa



Senadores Eduardo Amorim e Otto Alencar na reunião em que a Comissão de Meio Ambiente aprovou o projeto

Comissão aprova incentivos à produção de carro elétrico

UM PROJETO DE lei que isenta os veículos elétricos nacionais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por até dez anos foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A proposta vale para os carros movidos a bateria e para os híbridos (movidos a eletricidade e etanol) e agora vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Do senador licenciado Eduardo Braga (PMDB-AM), o projeto (PLS 174/2014) suspende pelo mesmo período a cobrança do IPI sobre equipamentos para a recarga das baterias.

O texto prevê isenção do Imposto de Importação para peças e acessórios sem similar nacional para a fabricação dos veículos e recarga das baterias. O benefício acabará antes dos dez anos caso haja a produção de similares nacionais.

A relatora na CMA, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que o carro elétrico gera menos emissões de gases de efeito estufa que o convencional.

Veículos elétricos podem ter acionamento por meio de baterias carregadas na rede elétrica ou por meio de um gerador a bordo, acionado por motor de combustão interna, utilizado pelos veículos elétricos híbridos. A prioridade, nestes últimos, será para os

que utilizam etanol no motor de combustão interna.

O projeto amplia a oferta de unidades para recarga das baterias. Como frisa o autor, “se não houver uma rede de recarga bem distribuída pelo país, os consumidores rejeitarão a nova tecnologia”.

Os benefícios são para automóveis de passageiros e de transporte de mercadorias e para os veículos de usos especiais, como caminhões-guindastes, veículos de combate a incêndio e betoneiras.

Vanessa apresentou emenda

para estender os benefícios a veículos que utilizem mistura igual ou superior a 30% de biodiesel no diesel fóssil. Segundo a senadora, o biodiesel, quando comparado ao diesel convencional, reduz em 70% as emissões de gases de efeito estufa e de material particulado, que causa doenças pulmonares.

Ela explica que hoje há restrição a misturas acima de 20% de biodiesel, por falta de material adequado no motor. Para Vanessa, o incentivo amplia o interesse pela adaptação dos motores.

Projeto obriga posto de gasolina a regular calibrador de pneus

Para aumentar a vida útil dos pneus, garantir segurança aos veículos e reduzir o consumo de combustível, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem projeto de lei que obriga os postos de combustível a fazer regulagens periódicas dos calibradores de pneus.

O texto (PLC 104/2014) foi apresentado pela ex-deputada Nilda Gondim, hoje primeira suplente do senador José Maranhão (PMDB-PB).

A autora observa que um pneu pode ter a vida útil reduzida em um terço se for

calibrado incorretamente e que o carro que roda com pneu murcho consome 10% a mais de combustível.

O impacto negativo, observa o senador Reguffe (PDT-DF), relator da proposta na CMA, não é apenas no bolso do dono do carro, mas também no meio ambiente.

A autora do projeto cita uma pesquisa da Universidade de Brasília que mostra que dois de cada três calibradores de ar nos postos de combustíveis da capital federal estão desregulados.

A proposta agora vai para o Plenário.

Representação no Parlasul acata acordo sobre aquífero

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul aprovou ontem o texto do acordo do bloco sobre o Aquífero Guarani, firmado em San Juan, Argentina, em agosto de 2010. O relator da matéria, deputado Celso Russomanno (PRB-SP), explicou que o texto fornece a base jurídica de direito internacional para que Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ampliem o alcance das ações acordadas para a conservação e o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos que compõem o Sistema Aquífero Guarani. O texto respeita o domínio territorial que cada país exerce sobre suas respectivas porções do aquífero.

O acordo determina o estabelecimento de uma comissão integrada pelos quatro países, que coordenará a cooperação entre os signatários, além de elaborar o próprio regulamento. O Aquífero Guarani é uma grande reserva subterrânea de água doce, ocupando uma região de mais de 1 milhão de quilômetros quadrados. A reserva é considerada a possibilidade de alternativa à crise hídrica e abrange parte dos territórios do Paraguai, do Uruguai, da Argentina e do Brasil, onde fica a maior parte das águas.

— A importância do aquífero é muito grande e sua preservação depende dos países pares — declarou Russomanno, que alertou para os perigos da contaminação da reserva.

O grupo também aprovou a realização de audiência pública, com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, para debater a admissão de títulos e graus universitários nos países do Mercosul. O requerimento é da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que informou que o encontro, ainda sem data, deverá ter representantes de países vizinhos.

O pedido suscitou grande debate sobre a formação dos médicos na Bolívia, o Mais Médicos e a carência de profissionais de saúde no país.

Paim elogia solução para meia-entrada em espetáculos culturais e esportivos

Paulo Paim (PT-RS) elogiou ontem a regulamentação do governo ao texto que assegura aos estudantes o direito de pagamento de metade do valor dos



Genildo Magalhães/Agência Senado

ingressos em espetáculos culturais e esportivos. Ele considerou correta a decisão do governo de reservar 40% do total de ingressos para a meia-

-entrada. Fora desse percentual, os idosos continuarão tendo o direito de pagar metade do valor nesses eventos, acrescentou o senador.

— Havia uma discussão, mas, no fim, prevaleceu que não haveria prejuízo para o idoso. O idoso manteve o direito de pagar meia-entrada.

Gleisi diz que estudantes foram “fortemente reprimidos” no Paraná

Gleisi Hoffmann (PT-PR) manifestou solidariedade aos jovens de Curitiba que, segundo ela, foram “fortemente reprimidos” pela polícia paranaense quando se dirigiam à Conferência Estadual da Juventude.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Segundo a senadora, a Secretaria de Segurança Pública do Paraná argumentou que a

vistoria dos ônibus fazia parte de uma operação padrão, mas somente a caravana de Curitiba teria sido submetida a vistoria.

— Deixo aqui meu protesto ao governo do Paraná, que está levando nossa imagem para o Brasil e para o mundo como um estado arrogante e antidemocrático.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Avança aumento do piso salarial do professor

Comissão de Educação aprovou elevação do valor mínimo a ser pago ao docente da educação básica para R\$ 2.743,65 por mês. Integralização do piso terá prazo de 3 anos

O PISO SALARIAL nacional dos professores da rede pública de educação básica pode passar de R\$ 1.917,78 para R\$ 2.743,65 por mês. É o que prevê projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A lei que criou o piso (11.738/2008) estabelece o valor mínimo a ser pago aos profissionais do magistério público da educação básica com jornada de 40 horas semanais. O valor é calculado, a cada janeiro, com base na comparação da previsão do valor aluno/ano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) dos dois últimos exercícios.

Ao longo dos seis anos (2009–2015) desde sua im-

plementação, o piso foi reajustado em 87%, com ganho real de 37%, segundo dados da Secretaria de Articulações com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação. Este ano, a atualização de 13,01% elevou o vencimento inicial da categoria de R\$ 1.697,39 para R\$ 1.917,78.

O relatório favorável ao projeto, da senadora Ângela Portela (PT-RR), estabelece que a integralização do novo piso deverá ser feita de forma progressiva, no decorrer de três anos.

Um aspecto considerado relevante pelas senadoras é que deverá caber ao governo federal, durante cinco anos, a responsabilidade financeira pela complementação dos salários em vigor, para que atinjam o montante referente ao novo piso salarial.



Para garantir o pagamento do piso, o governo federal deverá repassar aos municípios uma complementação financeira

— Sabemos que muitos estados atravessam crises e essa seria uma medida condizente para que os professores percebam melhores vencimentos — frisou Ângela Portela.

Com esse objetivo, pas-

sariam a ser destinados 5% da arrecadação das loterias federais administradas pela Caixa para a complementação dos salários dos professores da educação básica.

O projeto segue para a aná-

lise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para os senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Simone Tebet (PMDB-MS), que votaram a favor, a CAE terá condições de aprimorar o texto.

Proposta vincula recursos do pré-sal à educação básica pública

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discutiu ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 280/2013, que assegura à rede pública de educação básica mais recursos da exploração de petróleo e gás da camada do pré-sal.

Dos senadores Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Cristovam Buarque (PDT-DF), o projeto destina para o Fundo Social (FS) o valor integral do bônus de assinatura nos contratos de partilha de produção. Hoje, a Lei 12.351/2010 assegura para o FS apenas uma parcela desses recursos, sem especificar a porcentagem.

O relator, Walter Pinheiro (PT-BA), acolheu alteração feita pela Comissão de Educação que restringe a aplicação dos recursos do fundo à educação básica pública. A lei menciona apenas “educação”, e o texto original do projeto cita “educação básica”.

A mudança deixa claro que os recursos terão de ser empregados em educação básica e na rede pública.

O PLS também restringia os investimentos do FS à saúde pública infantil. Mas o relator

acatou o texto da Comissão de Assuntos Sociais, que retira a palavra “infantil”, mantendo o que prevê a lei.

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), que votou pela prejudicialidade do PLS, considerou a lei melhor do que o projeto. A senadora disse que a flexibilidade no uso dos recursos é melhor do que a vinculação da receita.

— A educação básica é fundamental, mas o ensino universitário também requer aplicação de recursos.

Mas, para Ricardo Ferraço, é necessário definir melhor a aplicação dos recursos. Ele citou que o único leilão de partilha que o país fez, o do Campo de Libra, gerou um bônus de assinatura de R\$ 15 bilhões, dos quais nenhum real foi destinado ao fundo, segundo ele.

— Esses recursos ficaram no Tesouro para fazer superávit primário ou para bancar despesas do governo federal.

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), concedeu vista coletiva do projeto, que retornará à pauta da próxima reunião.

População pode ser consultada sobre nomes de ruas

A denominação ou renomeação de obras, monumentos, serviços e logradouros públicos deverá ser sempre estabelecida por lei, levada em conta a especificação de cada caso, e obedecer a critérios de relevância histórico-cultural. Assim determina o PLS 189/2015, de Randolfe

Rodrigues (Rede-AP), aprovado ontem na Comissão de Educação (CE).

O maior objetivo do texto, que vai para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), é que as escolhas tenham mais participação popular, por meio de consultas e audiências públicas com representantes

comunitários, organizações e associações ou por iniciativa popular.

O texto final, aprovado a partir de relatório de Lasier Martins (PDT-RS), proíbe a escolha de personalidades vivas ou de envolvidos com a exploração de mão de obra escrava como homenageados.

Comissão de Educação homenageia ex-presidentes

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) e os ex-senadores Fátima Cleide e Cyro Miranda tiveram suas gestões à frente da Comissão de Educação (CE) lembradas durante a inauguração ontem da galeria de ex-presidentes, que incluiu a aposição de seus retratos.

O atual presidente, Romário (PSB-RJ), lembrou que na presidência de Cyro Miranda foram aprovados o Plano Nacional da Educação, o combate

ao *bullying* e a atualização da legislação referente a direitos autorais. Já durante a gestão de Requião foram aprovados os aumentos da carga horária mínima e da frequência mínima exigida para aprovação nas séries da educação básica.

Quando Fátima Cleide presidiu o colegiado, foram aprovados o Plano Nacional de Cultura e a exigência de formação universitária para docentes da educação bási-

ca, lembrou Romário. Fátima Cleide foi a primeira mulher e funcionária de escola a presidir a comissão na história do Senado.

Requião disse que deu “continuidade ao trabalho de Fátima Cleide, dos outros presidentes e à parceria com o Ministério da Educação”.

Cyro Miranda criticou a presidente Dilma pelo corte de R\$ 10 bilhões feito no orçamento do ministério para este ano.

Adiada votação de benefícios para contribuinte do IR

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) estava prestes a rejeitar ontem proposta de benefício fiscal para contribuintes do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) que tenham dependentes com deficiência ou doenças graves, como autismo e esclerose tuberosa, mas recuou. Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu vista do projeto com o compromisso de apresentar um substitutivo para torná-lo viável.

Essa saída surgiu após a leitura de parecer de Elmano Férrer (PTB-PI) pela rejeição do PLS 110/2012, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que

concede dedução em dobro na base de cálculo do IRPF por dependente. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) também já havia aprovado parecer contrário à proposta.

“Os argumentos de cunho social apresentados pela autora são bastante razoáveis, mas não suficientes, em nossa opinião, para engendrar tamanho impacto nas finanças públicas. É preciso lembrar que toda concessão de favor fiscal, por mais nobre que seja a causa, implicará redistribuição da carga tributária para todo o conjunto de contribuintes, incluindo aqueles que suportam

dramas pessoais ou familiares tão ou mais desgastantes que os descritos na justificativa do projeto”, considerou Elmano em seu parecer.

Para Lindbergh, entretanto, o projeto é de “grande justiça”. Ao pedir vista, o senador disse que vai negociar uma solução com o Ministério da Fazenda. O empenho de Lindbergh teve o apoio de Marta Suplicy (PMDB-SP) e de Douglas Cintra (PTB-PE). A própria Vanessa, ao lamentar o parecer contrário, havia anunciado que reapresentaria a proposta com a melhora da situação econômica do país.



Walter Pinheiro rejeitou vincular recursos do fundo somente à saúde infantil

92% dos bolsistas aprovam Ciência sem Fronteiras, aponta DataSenado

Pesquisa foi feita a pedido da Comissão de Ciência e Tecnologia. Senador Omar Aziz disse ver mais benefício para o aluno que para o país

A PEDIDO DA Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o DataSenado fez uma pesquisa com bolsistas e ex-beneficiários do Programa Ciência sem Fronteiras para verificar suas impressões e os ganhos que tiveram ao participar do projeto. Foram entrevistados mais de 14 mil estudantes, e a maioria o avaliou positivamente. Os resultados foram apresentados ontem por Marcos Oliveira, diretor do DataSenado.

Dos entrevistados, 92% declararam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o Ciência sem Fronteiras. Para 85%, a experiência de estudar no exterior foi ótima. Outros 12% avaliaram a experiência como boa. Nenhum entrevistado disse que o programa é ruim ou péssimo.

Dos participantes da pesquisa, 68% afirmaram ter tido



O diretor do DataSenado, Marcos Oliveira, e o vice-presidente da comissão, Hélio José: em pauta, o Ciência sem Fronteiras

a oportunidade de repassar o conhecimento obtido no exterior a colegas e professores e 25% disseram que não tiveram essa chance.

A pesquisa será usada como fonte de informações pelo senador Omar Aziz (PSD-AM) na elaboração do seu relatório com a avaliação do programa. Essa foi a política pública escolhida pela CCT para análise

neste ano. Omar avaliará se os resultados compensam o investimento que o projeto tem representado para o governo, de mais de R\$ 9,5 bilhões desde a criação, em 2011.

O senador tem se mostrado crítico ao programa. Em sua opinião, o alto custo bancado pelos cidadãos para manter um estudante no exterior não tem gerado dividendos para o conhecimento científico nem para a economia brasileira. Do que se pode perceber, diz ele, o enriquecimento é pessoal e isso é pouco para justificar o gasto:

— É um dos maiores programas educacionais que o Brasil já teve, mas é preciso verificar o retorno para o país.

Aprimoramento

Hélio José (PSD-DF), que presidiu a reunião, disse que sua filha, que está fazendo graduação-sanduíche em medicina, terá pouco aproveitamento de matérias para concluir seu curso quando retornar ao Brasil, correndo o risco de precisar repetir dois semestres. Ela quis participar do programa, no entanto, pelo enriquecimento pessoal.

Adi Balbinot, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), concordou que a política pública precisa ser aprimorada e avaliada, mas salientou que conclusões imediatas podem ser prematuras:

— É necessário um tempo de amadurecimento desses dados e informações para tomar decisões de aprimoramento do programa.

Lucilene Barros, representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), disse já ser perceptível o aumento de parcerias para pesquisa científica entre universidades brasileiras e estrangeiras por causa do programa, inclusive com a presença de estrangeiros no Brasil.

Lasier Martins (PDT-RS) questionou os gestores sobre a avaliação feita no retorno

dos estudantes e ambos informaram que a mensuração sobre o nível de conhecimento obtido é de responsabilidade das universidades às quais os candidatos estão ligados.

— O CNPq analisa e emite parecer, mas não entra na questão do mérito científico, do que o estudante trouxe para o país quando retorna. Quem faz isso é a universidade de origem — disse Lucilene.

A gestora afirmou que esse é um dos aprimoramentos que já perceberam ser necessários: mais detalhamento sobre o retorno, detectado pela universidade de origem, mas também da entidade do exterior, de avaliação dos estudantes. Um trabalho mais intensivo de troca dessas informações deve ser feito, ponderou.

Adi Balbinot lembrou que não é função da Capes avaliar o aluno e que isso está dentro da autonomia das universidades. Mas salientou que a entidade analisa o aproveitamento da disciplina e que 78% do conteúdo visto no exterior tem sido usado nas universidades brasileiras, por créditos obrigatórios ou optativos.

Outro ponto que chamou a atenção de Lasier e Omar foi o número de estudantes que pretendem seguir carreira no exterior depois de beneficiados com o Ciência sem Fronteiras: a pesquisa mostrou que 24% querem prosseguir em países estrangeiros. Outros 53% afirmaram que preferem seguir carreira profissional no Brasil.

O gestor da Capes afirmou que todos os bolsistas, tanto do Ciência sem Fronteiras quanto de outros programas de intercâmbio, são obrigados a permanecer no país pelo mesmo tempo do curso que fizeram. Quando isso não ocorre, eles são obrigados a devolver ao governo todo o custo com sua permanência.

— Temos 199 bolsistas que solicitaram a suspensão do período de interstício. É R\$ 1,7 milhão de devolução de recursos — disse Balbinot.

Aloysio diz que lei antiterrorismo terá regras claras

A tipificação do crime de terrorismo e de organização criminosa é urgente, segundo Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O senador é relator de projeto (PLC 101/2015) com esse objetivo, que deve entrar na pauta de votações de hoje.

O senador disse que teve o cuidado de assegurar que não se incluem no crime as manifestações da sociedade, mesmo quando acabem em violência, mas não caracterizem qualquer ofensa ao Estado Democrático de Direito nem sejam movidas por ódio racial ou xenofobia.



Ana Volpe/Agência Senado

Para Lindbergh, texto criminaliza movimento social

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse ontem que o projeto da Lei Antiterrorismo, aprovado na Câmara, prejudica os movimentos sociais.

— O projeto cria uma zona cinzenta, que abre caminho para criminalizar ações dos movimentos sociais.

Segundo o PLC 101/2015, qualquer ato que provoque terror social pode ser enquadrado como terrorismo, com penas de 12 a 30 anos de prisão. Lindbergh afirmou que pretende negociar o parecer que Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresentou à proposta.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ana Amélia lamenta índice de desemprego

Ana Amélia (PP-RS) lamentou ontem que o país tenha perdido 572 mil empregos de janeiro a agosto.

— O pior é que as perspectivas não são nada boas, pois os especialistas estimam que, em dois anos, 2 milhões de brasileiros ficarão desempregados — afirmou.

A senadora disse que, no estado dela, o desemprego subiu para quase 6% no segundo trimestre do ano. Além disso, avaliou, a situação foi agravada por enchentes e geadas que prejudicaram a agricultura.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Resultados da pesquisa

A pesquisa do DataSenado ouviu 14.627 bolsistas e ex-beneficiários do Programa Ciência sem Fronteiras

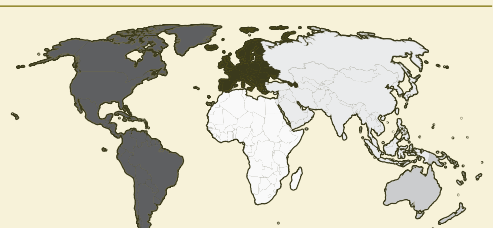


SITUAÇÃO

Bolsistas 26%
Ex-bolsistas 74%



LOCAL DE INTERCÂMBIO*



Europa 52%
América 39%
Oceania 7%
Ásia 2%
África 1%



FAIXA ETÁRIA

até 25 anos 64%
de 26 a 30 anos 17%
31 anos ou mais 12%



RENDA FAMILIAR (em salários mínimos)

até 2 11%
de 2 a 5 25%
de 5 a 10 24%
mais de 10 22%
sem renda 3%



ORIGEM

Sudeste 52%
Sul 20%
Nordeste 19%
Centro-Oeste 6%
Norte 2%



SEXO

Feminino 41%
Masculino 59%



AValiação DO PROGRAMA

85% acharam ótima a **experiência**
68% transmitiram **conhecimento** a colegas e professores
84% consideraram **instituições estrangeiras** boas ou ótimas
58% ganharam fluência na **língua** do país onde estudaram
67% ainda mantêm **contatos acadêmicos** no exterior
59% dos bolsistas que ainda estão no exterior se sentiram **estimulados** a estudar mais

(*) Alguns totais excedem 100% por causa dos arredondamentos

Fonte: DataSenado